

ENTREVISTA COM HELOISA SOARES DE MOURA COSTA (IGC/UFGM): INTERSECÇÕES ENTRE PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTE

Kelly Cristina de Moraes Camargo¹
Augusto Frederico Junqueira Schmidt²
Tathiane Mayumi Anazawa³
Alma Monges⁴
Roberto Luiz do Carmo⁵

RESUMO: A Revista *Temáticas* entrevistou a Dra. Heloisa Soares de Moura Costa, professora titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Arquiteta de formação (UFRJ), doutora em demografia (UFGM), e com uma larga experiência na temática ambiental, a professora Heloisa Costa nos apresenta uma apurada análise da introdução das questões ambientais no planejamento urbano brasileiro. Nota-se que apesar dos avanços teóricos nos instrumentos urbanísticos e da incorporação

¹ Doutoranda em Demografia (IFCH/UNICAMP); membro do Corpo Editorial da Revista *Temáticas*. Financiamento Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo 140614/2018-4). E-mail: k105204@dac.unicamp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6472-9488>

² Doutorando em Demografia (IFCH/UNICAMP); membro do Corpo Editorial da Revista *Temáticas*. E-mail: a229882@dac.unicamp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1756-928X>

³ Pós-doutoranda no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. E-mail: tathiane.anazawa@inpe.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2675-0566>

⁴ Doutoranda em Antropologia (IFCH/UNICAMP); membro do Corpo Editorial da Revista *Temáticas*. E-mail: almamonges@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2780-6958>

⁵ Docente no Programa de Pós-Graduação em Demografia em IFCH/UNICAMP e Pesquisador do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”. E-mail: roberto@nepo.unicamp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1063-2266>

de importantes questões ambientais durante as últimas décadas, ainda se mantém certa ruptura entre o urbanismo e os estudos ambientais -, o que tende a ser agravado pela dificuldade de efetiva implementação dos instrumentos do planejamento urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização. Planejamento urbano. População e ambiente. Sustentabilidade.

INTERVIEW WITH HELOISA SOARES DE MOURA COSTA (IGC/UFGM): INTERSECTIONS BETWEEN URBAN PLANNING AND ENVIRONMENT

ABSTRACT: Revista *Temáticas* interviewed Dr. Heloisa Soares de Moura Costa, professor at the Department of Geography at the Federal University of Minas Gerais. Architect (UFRJ), PhD in demography (UFGM), and with extensive experience in environmental issues, Professor Heloisa Costa presents us an accurate analysis of the introduction of environmental issues in Brazilian urban planning. It is noted that despite the theoretical advances in urban planning and the incorporation of important environmental issues over the last decades, there is still a rupture between urban studies and environmental studies - which tends to be aggravated by the difficulty of effective implementation of urban planning instruments.

KEYWORDS: Urbanization. Urban planning. Population and environment. Sustainability.

ENTREVISTA CON HELOISA SOARES DE MOURA COSTA (IGC/UFGM): INTERSECCIONES ENTRE URBANISMO Y MEDIO AMBIENTE

RESUMEN: Revista *Temáticas* entrevistó a la Dra. Heloisa Soares de Moura Costa, profesora del Departamento de Geografía de la Universidad Federal de Minas Gerais. Arquitecta de formación (UFRJ), doctora en demografía (UFGM) y con amplia experiencia en temas ambientales, la profesora Heloisa Costa nos presenta un análisis detallado de la introducción de las cuestiones ambientales en el urbanismo brasileño. Se observa que, a pesar de los avances teóricos en los instrumentos de planificación urbana y la incorporación de importantes temas ambientales en las últimas décadas, aún existe cierta

ruptura entre los estudios urbanos y los estudios ambientales -, lo que tiende a agravarse por la dificultad de implementación efectiva de los instrumentos de planificación urbana.

PALABRAS CLAVE: Urbanización. Planificación urbana. Población y medio ambiente. Sustentabilidad.

APRESENTAÇÃO

No dia 16 de setembro de 2021 a Revista *Temáticas* realizou uma entrevista exclusiva com a Dra. Heloisa Soares de Moura Costa, professora titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. A professora possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1976), mestrado *M Phil in Urban Planning - Architectural Association* (1983), doutorado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995) e pós-doutorado no Departamento de Geografia da Universidade da Califórnia em *Berkeley* (1997/8). Suas principais áreas de pesquisa são: planejamento urbano, geografia urbana, políticas públicas e implicações socioambientais.

A ENTREVISTA

***Temáticas:* Ainda que com formas e intensidades diferentes, os desafios para as cidades brasileiras trazem muitas questões do início do processo de urbanização. Para a professora, quais seriam os nossos maiores desafios em termos de desigualdades socioambientais?**

Costa: Ao mesmo tempo em que temos alguns desafios que são mais atuais, também temos desafios que são estruturais. Vou citar aqueles que acho importante a gente ressaltar: o primeiro dos desafios estruturais é que o nosso processo de urbanização é - e sempre foi - um processo muito excludente. Eu gosto de classificá-lo como um padrão de urbanização excludente e periférico, tanto no sentido que ele produz muitas áreas de periferia (que são segregadas), mas também periférico por se situar no Sul Global, na periferia do capitalismo.

Ver dessa forma traz duas coisas ao debate, porque, por um lado, a exclusão produz uma série de riscos e vulnerabilidades que são cumulativas. E agora no período da pandemia foi possível ver com muita clareza que a gente vai acumulando precariedades, e uma potencializa a outra. E por outro lado, é importante pensar que essa exclusão, esse padrão informal da urbanização é a nossa norma, não é a exceção. Então, a gente tem que produzir um saber técnico, uma pauta de políticas públicas e um saber acadêmico que lide com a informalidade como uma coisa estrutural. O que não quer dizer que a informalidade não possa ser melhorada ou qualificada, mas é necessário se desvincular da ideia de que a gente vai transformar as áreas informais em formais. Ou seja, não podemos aplicar o mesmo padrão de urbanização das áreas formais para as informais.

Isso parece meio óbvio, mas é difícil de entender, porque nossas formulações, o nosso repertório sobre urbanização é muito centrado num processo que vem do padrão europeu e americano. Então, eu uso uma expressão que é “trucar”, com a ideia de questionar, para me referir a percepção de que a nossa urbanização seja desorganizada. Ela não tem nada de desorganizada. A urbanização brasileira é organizada a partir de outras lógicas que não são necessariamente a lógica do planejamento urbano. E se a gente pensar que ela é desorganizada, fica parecendo que se a gente organizar está tudo resolvido. Na forma que eu vejo esse é um dos mais importantes desafios cumulativos/estruturais.

Um outro grande desafio é enfrentar o passivo urbano-ambiental, em termos de condição de habitação, de saneamento, de mobilidade, educação e saúde. E trata-se de enfrentar isso mudando o olhar, com um olhar ecológico, de desenterrar os rios, de utilizar energia solar e outros padrões de mobilidade, como a mobilidade ativa ou sustentável (ainda que sustentável virou um rótulo difícil de se utilizar). A questão é pensar em outros padrões de energia, outras formas de ocupar o solo (com permeabilidade do solo). Pensar também em circuitos curtos de comercialização de alimentos, em plantar no meio da cidade... em plantar horta. Enfim, uma série de questões que têm que ser enfrentadas considerando a natureza como parte da urbanização, e não como alguma

coisa que foi detonada pela urbanização - mesmo que em algumas vezes foi mesmo. E essa articulação é um enorme desafio.

Junto e simultaneamente a esses desafios todos, a gente tem que enfrentar os desafios ambientais globais, que tem a ver com as mudanças climáticas, com o aquecimento global, com a perda de biodiversidade. São questões cuja solução depende de uma configuração mais global de possibilidade de enfrentamento. O que não quer dizer que sejam questões só dos países do Norte (de forma alguma); mas é um processo que está associado às formas de produção, consumo e de apropriação da natureza que vêm originalmente da industrialização dos países hoje ditos industrializados.

Tem um texto antigo, do professor George Martine, que está num livro organizado para levar a posição brasileira na Rio 92, que faz essa contraposição. É a ideia de que existem duas ordens de problemas ambientais, uma de natureza global, que tem que ser enfrentada por todas as sociedades e que tem a ver com o estágio atual do capitalismo. E a outra que está associada ao que o professor chamou na época de segunda ordem, não no sentido de que não fosse importante, mas no sentido de que são esses problemas da urbanização que me referi anteriormente (da desigualdade, da exclusão), na medida em que, em termos técnicos, todo mundo sabe qual é a solução dessas questões: é investir, transformar, equipar, e assim resolver um pouco do passivo urbano-ambiental, social, habitacional, etc.

***Temáticas:* A professora poderia nos contar um pouco sobre como aconteceu o processo de inserção da dimensão ambiental no escopo do planejamento urbano brasileiro?**

Costa: Existe um histórico de inclusão da urbanização no debate ambiental, e a trajetória dos estudos de população tem um papel muito relevante nisso, principalmente nas figuras dos professores Daniel Hogan e George Martine. Então, por um lado, era necessário incluir a urbanização no debate ambiental. E por outro lado, tinha que se fazer o contrário,

incluir o debate ambiental nesse campo disciplinar que trabalha com a urbanização, inclusive no planejamento urbano.

A primeira conexão que me referi não está na pergunta, mas eu queria registrar que o Brasil teve, entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, um protagonismo de trazer o debate sobre urbanização para dentro da área de *População, Espaço e Meio Ambiente*. Na época da Rio 92 a gente teve uma produção específica brasileira de suporte dessa posição, principalmente na forma de dois livros, um deles é organizado pelo professor George Martine, com o título *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. É uma coletânea que mostra o quanto questões urbanas são também questões ambientais -, e mesmo que faça isso de uma forma ainda incipiente, esse livro não deixa de ser um marco. Outro livro, organizado pelo saudoso Daniel Hogan e pelo professor Paulo Freire Vieira, chama-se *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Ele vai pelo campo dos estudos demográficos e traz elementos de pesquisadores que já eram consolidados nas suas áreas e passam a considerar a questão ambiental em suas análises.

No que se refere à segunda conexão - o movimento de incorporar o debate ambiental nos estudos de urbanização -, tem um texto meu de 2008, que se chama *A trajetória da temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas*, em que eu tentei voltar algumas décadas para recuperar isso. Porque até mais ou menos a metade dos anos 1980, as preocupações com o meio ambiente eram vistas como uma coisa setorial no planejamento, da mesma forma que tinha um setor para a educação e um setor para a saúde, tinha um setor para o meio ambiente. A urbanização em si não era vista na sua dimensão ecológica ou na sua dimensão ambiental. A produção do espaço como uma forma de transformação da natureza era uma visão que ainda não existia.

Esse setor dentro do planejamento lidava com sítio natural, por exemplo. Os geógrafos eram aqueles que iam fazer leitura dos sítios naturais, descrever a paisagem, descrever os elementos da natureza, o ambiente construído, o processo de expansão urbana; mas principalmente parques e áreas verdes eram o campo privilegiado da questão ambiental. As dimensões que hoje claramente a gente identifica como ambientais,

como saneamento básico e resíduos sólidos, eram vistos muito mais como uma prestação de serviço do que como um direito. Ou seja, calculava-se quantas pessoas tinham acesso a saneamento e quantas não tinham usando o dado do Censo Demográfico, calculava-se quanto custa para levar saneamento a essa parcela que ainda não tinha. Identificava-se como era a estrutura institucional de provisão desse serviço: era mais restrito ou mais universalizado? Não se pensava no que ia acontecer com os esgotos ou com o lixo. Não se discutia de onde vem a água, com que qualidade, por onde ela passa, por onde ela se transforma e o que acontece com a água depois que ela passa pelo metabolismo da cidade. Não se usava esse tipo de conceituação. Não se tinha a ideia de um processo metabólico e ecológico a partir da urbanização.

Ao mesmo tempo, já existia desde 1981 uma regulação ambiental, realizada pela Secretaria de Meio Ambiente e não só no nível federal, mas nos níveis estaduais e municipais também. Enfim, já existia todo um aparato de política pública ambiental, mais modernizada do que a urbana, e que tentava estabelecer critérios em torno dos quais as atividades econômicas podiam funcionar. Deriva-se, por exemplo, a ideia de licenciamento ambiental e de estudos e relatórios de impacto ambiental. Também vai alimentar o planejamento urbano com a ideia de estudos de impacto de vizinhança, na medida em que os planejadores vão começar a tomar emprestado alguns instrumentos utilizados pela dimensão ambiental. Mas não tinha uma conversa entre a turma do meio ambiente e a turma do urbano. Eram mundos separados. Eram, e em parte ainda são, concepções teóricas muito diferentes sobre o papel das políticas públicas e da regulação -, embora às vezes o objeto fosse o mesmo.

Acho que uma legislação, uma lei federal que foi pioneira na discussão ambiental, mesmo que ela não tenha sido feita para isso, foi a *Lei n. 6766* de 1979, que é a Lei Federal de *Parcelamento do solo urbano*. Ela surgiu em pleno momento de fechamento político, e até hoje ninguém sabe direito registrar como essa lei aparece. Mas ela vai estabelecer critérios de expansão urbana, critérios de parcelamento do solo e de utilização das terras, como padrões de declividade, lote mínimo, distância de curso d'água, e uma série de elementos que depois vão ser replicados em várias

outras leis e em planos diretores. Inclusive, ela começa a falar sobre risco, usando uma terminologia muito interessante de *urbanização específica*, a qual vai ser uma porta de entrada para os programas de urbanização de favelas e regularização fundiária, pois permite que se estabeleça zoneamentos especiais, tipo as *Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)* e as *Áreas de Especial Interesse Social (AEIS)*. Então, a *Lei n. 6766* não tinha essa intenção toda, mas ela inova, o que vai dar uma chacoalhada nos processos de expansão urbana que eram vistos como muito intensivos num elemento da natureza que é a terra, muito espalhados, de baixa densidade, e que acabam comprometendo áreas muito extensas com a urbanização em detrimento de outros usos mais produtivos tanto para a conservação, quanto para a produção de alimentos.

Ao mesmo tempo, na legislação ambiental via muito *o urbano*, ou *o processo de urbanização*, como um inimigo, como um processo necessariamente degradador da natureza. Em contraposição, uma visão que depois se tenta construir busca formas de urbanização que sejam mais comprometidas com uma série de padrões ambientais.

Explicando, o que eu quero dizer é que ao mesmo tempo que tinha essa legislação, que é fundamental, que é a lei parcelamento do solo urbano, e que existe até hoje, também tinha um processo que vai culminar na *Constituição de 1988*, o qual avança em alguns instrumentos, mas tudo de forma muito separada: as emendas de reforma urbana vão para uma direção e as emendas ambientais andam em paralelo. A articulação vai acontecer na prática, apesar de se entender que essa expansão urbana, muito extensa e intensiva em terra, era condenável do ponto de vista ecológico. Do ponto de vista da reforma urbana se busca usar intensivamente as terras, uma vez que elas já estavam comprometidas com a urbanização. O intuito era melhorar o retorno do investimento público já feito em iluminação, em água, infraestrutura e transporte. Então, você leva isso tudo para alguns lugares com pouca gente para usar. Mas a ideia é fazer isso para conter os vazios urbanos. A proposta de ocupar os vazios era muito forte nesse momento.

E no campo ambiental, as noções de zoneamento e de preservação integral vinham da percepção de que o único jeito de se preservar a natureza

era tirando as pessoas ou as atividades econômicas de perto da natureza. Essa concepção só muito recentemente começa a ser questionada -, até pelos inúmeros conflitos que se dão na hora de estabelecer as unidades de conservação, quando se tem que desapropriar pessoas que sempre moraram lá, sendo que muitas vezes as áreas estão conservadas por conta da atuação dessas comunidades. Tem uma série de conflitos. E algumas categorias que a legislação ambiental faz uso, como as Áreas de Proteção Ambiental (APAS) são, por um lado, zonas de amortecimento e, por outro lado, são categorias muito ambíguas, porque permitem a urbanização e a atividade econômica, mas não tem os elementos para pensar a produção e a conformação do espaço como um todo. A não ser, por exemplo, o processo de licenciamento, mas nesse caso se pensa em coisas isoladas, como licenciar uma barragem ou uma indústria, e não o espaço como um todo.

Começa a se incorporar nos anos 1990, pós Constituição de 1988, vários planos diretores e leis de uso do solo que trazem visões mais amplas das restrições, dos limites e das potencialidades ambientais. Posso dar o exemplo do Plano Diretor de Belo Horizonte de 1996, que usou até na própria leitura do território uma série de avaliações de caráter ecológico (avaliação de declividade, avaliação de capacidade da infraestrutura e avaliação de recursos hídricos e sua capacidade de abastecimento). Colocava-se essas camadas e se analisava em que partes da cidade era possível adensar mais e em quais não era. Eu acho que isso é uma forma de trazer para o planejamento conceitos do campo da biologia, como por exemplo a capacidade de suporte. E junto disso, alguns zoneamentos mostraram uma interface com a dimensão socioambiental na forma das *Zonas Especiais de Interesse Social* (ZEIS), que tentam reduzir a precariedade socioambiental de grupos vulneráveis associado à proteção dos recursos hídricos, aquíferos e da biodiversidade.

Então, existe um esforço de associar essas duas dimensões pelo lado das periferias e pelo lado das áreas mais centrais. Um esforço de avaliar e medir os impactos da verticalização excessiva e da impermeabilização excessiva. Essas coisas avançaram, e entraram um pouco para a legislação, mas a nossa capacidade de efetivamente usar esses parâmetros como

nossos parâmetros de planejamento e não só de licenciamento ainda é muito limitada.

E uma coisa que é clara é que o padrão de mobilidade passa ao largo disso o tempo todo e permanece inalterado. Cada vez mais o padrão *automóvel*, com o deslocamento rodoviário, permanece quase que intocado, por mais que se tenha *ciudades sustentáveis*, *ciudades compactas* e *ciudades resilientes*. A transformação pelo lado da mobilidade ainda é muito restrita e talvez esteja até piorando a cada dia, porque ninguém consegue atacar e controlar as concessões de transporte coletivo e várias outras reações em cadeia. Mas isso é fundamental para se pensar na incorporação da dimensão ambiental no planejamento.

Outra questão que é fundamental e que está pouco desenvolvida, embora tenham vários exemplos muito interessantes, é a questão dos resíduos. Se pensar pelo lado da ecologia política, resíduo é tudo aquilo que não consegue colocar de novo no processo de produção. Esses dias eu vi uma charge muito bonitinha, alguém falando: “eu vou jogar isso aqui fora”; e ele estava descartando alguma coisa. E o outro falava: “fora, como? Não existe fora”. E é isso mesmo, pois se pensarmos planetariamente não existe *fora*. Então, alguma coisa tem que ser feita nessa dimensão, e isso ainda é muito precário.

Enfim, privilegiei essas duas questões (mobilidade e resíduos sólidos), mas a gente poderia construir o mesmo raciocínio para diversas outras.

Temáticas: Agora, em relação ao contexto do planejamento urbano e seus instrumentos previstos em uma escala macro de gestão (a metrópole e o município, por exemplo), eles acabam refletindo no “chão” local (da vivência e do cotidiano). Como articular as diferentes escalas do planejamento urbano e quais exemplos a senhora pode citar?

Costa: Essa é uma pergunta super difícil. Eu vou abordar um pouco no entorno dela, porque eu acho que a pergunta já traz a resposta junto, de certa forma. Agora, a ideia de articular as escalas é central,

mas o *como* se articula as escalas é uma questão complicada. Outro dia eu estive conversando com o pessoal que estava trabalhando no Plano Metropolitano de Campinas, mostrando a nossa experiência com o planejamento metropolitano de Belo Horizonte, que já tem uns 10 anos, e que foi feita dentro da universidade e apresenta algumas especificidades. Temos o maior orgulho do que ajudamos a construir, mas sabemos que é uma questão super limitada, porque se não tiver a famosa *governança interfederativa*, podemos ter planos complexos, mas eles não vão efetivamente funcionar.

Então, nós podemos pensar em escalas muito menores que a municipal, como a escala do bairro e da unidade de vizinhança, quanto pensar no planejamento macro, como o metropolitano. Mesmo na escala micro eu considero o urbano, o social, o ambiental, tudo junto, só que no nível muito mais próximo do cidadão, de tal forma que ele possa intervir mais. *Aí* eu fiquei lembrando... eu morei uns bons anos na Inglaterra, em Londres, e lá eles têm uma escala de organização administrativa que é maior do que o bairro, mas que é menor do que o município. São os *boroughs*, que são os *aglomerados* de bairro, os governos locais. Tem-se o voto distrital, que seriam como vereadores (o legislativo local) dessas escalas de bairro, e as pessoas são eleitas para o que seria uma câmara municipal a partir da sua atuação naqueles locais. É um voto distrital mesmo, que tem suas vantagens e desvantagens, mas que traz a ideia de que essa espécie de *vereador* está muito mais próximo dos seus eleitores, inclusive ele mora nesse aglomerado de bairro. E com isso, existe uma série de mecanismos, de que qualquer projeto que vai ser feito fica exposto na prefeitura ou em algum lugar, por um tempo, e as pessoas podem ir lá palpitar. É parecido com o que se tenta fazer aqui com audiências públicas; só que lá talvez seja menos mobilizado, mas mais permanente. Então, essa articulação a nível muito micro, quase da unidade de vizinhança, é uma forma importante de pensar a articulação entre escalas.

Do outro lado, tem essa dimensão do supra municipal. Há um conflito inerente a essa forma de organização, porque o nível municipal é o nível no qual se articula o uso do solo e o Plano Diretor, mas a realidade é supra municipal. Então, a dimensão supralocal de um conjunto

de municípios, é mais realista com o que acontece com a urbanização. Algumas tentativas foram feitas para tentar equacionar o conflito, como os consórcios intermunicipais. São Paulo teve um momento, logo no pós-constituição, que apostava na ideia dos consórcios, e alguns são famosos, como o consórcio do ABC. Outros talvez não foram tão bem-sucedidos e, por isso, são menos conhecidos. Mas a ideia é que como só entra no consórcio aqueles participantes que acham que vão ganhar alguma coisa com aquilo, tende a ser uma articulação bem-sucedida (mesmo que em algumas situações ela possa ser excludente).

Outra coisa que aparece muito nesse nível do supra municipal, e que o campo ambiental durante muito tempo insistiu, e que é uma escala muito interessante, é a escala das bacias. Tudo está dentro de alguma bacia -, tudo está de certa forma ligado a uma bacia ou a uma sub-bacia. Então, principalmente os geógrafos, sempre apostaram nessa ideia de pensar o território a partir da lógica das bacias; só que não necessariamente essa lógica funciona para tudo, porque, por exemplo, não funciona para o saneamento, já que não necessariamente [a lógica do saneamento] é a mesma utilizada pelo planejamento urbano. Mas tem alguns exemplos interessantes de quando se usa a lógica das bacias: aqui em Belo Horizonte surgiu um projeto de colocar nas placas de ruas a identificação de qual bacia passava ali, então se tinha assim: rua XXX, e embaixo estava escrito *Bacia do Córrego do Leitão*. Enfim, a intenção é criar nos moradores um pouco dessa ideia de pertencer a uma bacia e tentar pensar o seu espaço de vida a partir de uma dimensão mais relacionada com a natureza. Mas o nosso instrumental, de planejamento, vai todo na contramão disso e não se articula dessa forma. Mesmo os planos diretores e leis de uso e ocupação do solo que tenham uma pegada ambiental forte não conseguem se estruturar dessa forma -, ainda que seja uma possibilidade de articulação muito interessante.

Também é importante pensar nas regiões de fronteira, podendo ter questões que de repente são as mesmas de um lado e do outro da fronteira municipal.

E claro, nas regiões metropolitanas tem-se agora a obrigatoriedade de Planos Metropolitanos, estabelecidos pelo Estatuto da Metrópole.

Vai depender muito da metodologia que cada plano vai estabelecer, como vai articular o debate dessas questões com os diferentes municípios, com a sociedade civil e com os agentes sociais de forma geral. Temos uma experiência, uma trajetória de planejamento metropolitano grande aqui em Belo Horizonte nesses últimos dez anos -, e a gente tinha que fazer outra entrevista pra eu conseguir contar tudo pra vocês. Por isso, eu vou falar só de uma questão que é identificar áreas de interesse metropolitano a partir de oficinas, de perguntar pra população, de cartografia temática colaborativa. Ou seja, uma série de metodologias para tentar identificar o que era de interesse metropolitano, e onde que esses fenômenos estavam. Como por exemplo, a disponibilidade de água, aquíferos, locais de reservatórios, todo esse conjunto de elementos ligados ao abastecimento de água, foram claramente identificados como de interesse metropolitano. Mas nem sempre onde eles estão localizados são necessariamente os mesmos locais de consumo. Então, essa articulação, a partir de alguns elementos da natureza, que caminham pelo território, e que evidenciam essas questões comuns, é um jeito de dar visibilidade não só para a articulação vertical entre escalas, mas também para a articulação horizontal, entre os territórios.

Acabamos, inclusive, ao final do processo, trabalhando com o conceito - que também daria outra conversa -, de estabelecer uma *Trama Verde-Azul*, uma infraestrutura que articula a água com a biodiversidade, mobilidade sustentável, zonas de preservação. Enfim, uma reestruturação a partir do campo ambiental, do espaço, que é diferente, por exemplo, da estruturação metropolitana que estamos acostumados a pensar, a qual se dá em termos de sistema viário, de centralidades, de grandes equipamentos e etc. São duas coisas que se superpõem, mas o planejamento pode começar a pensar nessa outra forma de articular horizontal e verticalmente o território. Entrando mais nessa coisa bonitinha que vocês colocaram aqui (de falar do chão local, da vivência e do cotidiano), a ideia da *Trama Verde e Azul* vai um pouco nessa direção.

Agora, tem toda a dimensão institucional disso, né? Podemos idealizar várias formas de repensar o território a partir da natureza, da ecologia, das prioridades socioambientais que se estabeleçam, mas precisa combinar com os gestores, precisa construir juntos estruturas que não só

permitam que isso aconteça, mas que sejam legítimas, que tenham força para se contrapor aos interesses privados, aos interesses entre os agentes. E aí a coisa começa a ficar mais complicada.

Temáticas: Gostaríamos que a professora falasse um pouco mais sobre a questão de Londres, porque ela remeteu ao plano diretor de São Paulo. Algumas questões que estavam no plano de 2014, e que não foram implementadas, tratam-se do planejamento de bairros e de conceder maior influência ou poder de gestão para as subprefeituras.

Costa: Eu acho que esse ponto é central. Trouxe a experiência de Londres, que não tem nada a ver com as nossas cidades, mas que tem a ver nesse ponto: lá isso funciona porque tem uma estrutura político-administrativo-institucional, que faz com que esse conjuntinho de bairros, o *borough*, também tenha a sua representação legislativa. Tentando transferir para os nossos contextos, que o de São Paulo não deve ser nem um pouco diferente do de Belo Horizonte ou do Rio [de Janeiro], o planejamento de bairros só vai funcionar na hora que o bairro tiver um pouquinho de poder -, poder de deliberar, de discutir as coisas, de decidir. Que seja decidir se vai construir uma pracinha ali, ou uma torre de antena de celular... coisas do cotidiano mesmo. Mas se não tiver junto com a intenção do planejamento algum poder real, e isso significa também ter algum *orçamentozinho*, ter uma cota de recursos para poder viabilizar, eu acho que não acontece nada.

Eu não sei como é São Paulo, mas no Rio [de Janeiro] existia - e eu sou originalmente do Rio -, a figura da subprefeitura. Ela não é nenhum modelo de descentralização, mas só de chamar de subprefeitura dá a ideia de que você tem uma gestão mais descentralizada, e com algum poder, nem que seja político. Então, os subprefeitos não eram chamados de subprefeitos, mas de *prefeitinhos*, porque isso tira o poder, dá uma percepção de inferioridade. Mas mesmo assim, o que se via, em algum nível, pelo menos se tinha a realização de um debate, de uma deliberação sobre questões importantes para a subprefeitura. Se você consegue distribuir um

pouco das questões no local, depois elas voltam para as instâncias mais centrais com uma outra qualidade. Alguma coisa muda no caminho.

Aqui em Belo Horizonte sempre foi muito difícil fazer isso. Apesar de sermos muito craques em estabelecer unidades de planejamento e em regionalizar o espaço municipal a partir de um monte de critérios. Mas enfim, aqui não funciona essa lógica mais por uma questão técnica do que por uma questão política. Tem as administrações regionais que implementam as políticas decididas no nível central do município, que são mais braços da prefeitura para a implementação [dos planos], do que lugares de escuta de fato, que tenham um mínimo de autonomia para inventar uma política alternativa. E acho que sem isso é muito difícil pensar numa forma [de planejamento], ainda mais com essa escala metropolitana e a escala de grandes cidades. É quase impossível pensar [no planejamento urbano] sem ter um formato mais horizontalizado.

Temáticas: Considerando a diversidade de perspectivas quanto ao planejamento urbano, a senhora acredita que nossos instrumentos de planejamento (como eles estão postos hoje em dia) têm potencial para tornar as cidades brasileiras mais sustentáveis?

Costa: Mais ou menos. Porque ao mesmo tempo não dá para jogar ele [o planejamento urbano] fora, ele acaba sendo uma sinalização de utopia.

Temos um arsenal fabuloso, não vou dizer que é perfeito não, até porque essa articulação com o ambiental ainda precisa melhorar muito. Mas temos um arsenal muito bom de instrumentos de planejamento, de leis, de tentativas de pensar estruturas que sejam articuladas. No campo da concepção de um planejamento mais democrático, inovador, próximo do cidadão -, e para usar uma palavra que está na moda agora -, mais *interseccional*, a gente tem. Não precisa inventar mais nada, só que não conseguimos colocar nenhum deles em prática.

Se pegar o Estatuto da Cidade, que é a *bíblia* de todo urbanista ou planejador, há uma frustração ao pensar em quais lugares conseguiram efetivamente implementar alguns daqueles instrumentos. Tem um

descompasso, um abismo enorme entre a concepção dos instrumentos - e não só dos instrumentos, mas também das políticas, das ações, do pensar - e do desenhar e conceder, do efetivamente conseguir implantar.

Eu responderia a pergunta dizendo que sim, tem muito potencial, desde que se consiga torná-los efetivos. Para fazer isso eu acho que tem que, por um lado, inicialmente fazer um exercício de deslocamento da esfera técnica para a esfera política. Sem desmerecer de forma nenhuma a esfera técnica, mas de que adianta ter uma legislação fantástica sobre estudos de impacto de vizinhança (e você vai e faz um estudo concreto de uma área, e aquilo é aprovado burocraticamente em um conselho), se no final o empreendedor vai fazer o que ele quer?

A ideia de planejamento é ao meu ver não só ter propostas e projetos que atendam a legislação; até porque atender a legislação não quer dizer que aquilo pode e vai ser feito. Por exemplo, se um loteamento pode ser feito em determinado local só porque ele está dentro da lei, não precisa mais de planejamento urbano, basta você ter um burocrata qualquer para fazer um *check list* e ver se aquilo está dentro da lei. Planejamento é mais do que isso. A ideia do planejamento é tentar estabelecer prioridades no tempo e no espaço, e dizer: *olha, pode ser que seu loteamento esteja completamente dentro da lei, mas todo o investimento público está sendo feito na outra direção. Então, colocar isso aqui agora vai significar uma demanda que não é o que foi definido coletivamente. Só porque atende a lei não quer dizer que pode.*

Em alguns lugares existe, não é bem um instrumento, é uma etapa do processo que se chama *permissão de planejamento* -, para que não se beba dos instrumentos ambientais de um jeito muito centrado no empreendimento. Por exemplo, para que não tenha o caso do sujeito que analisa aquele empreendimento, e vê como que vai ser, se atende tais requisitos, chega até a fazer um EIA/RIMA [Estudo de Impactos Ambientais] do loteamento, mas não faz uma análise regional para saber se é interessante para a cidade e para os moradores.

Então, os instrumentos são bons, mas eles funcionam ou tem funcionado como se fossem direitos adquiridos por parte dos empreendedores, seja do capital industrial, mineral ou imobiliário. Quer dizer, estou fazendo uma licença poética para usar livremente essas

nomenclaturas, tipo *capital imobiliário*. Eu deveria falar *os setores que investem na dinâmica imobiliária*. Mas enfim, é só para ficar mais simples a nossa conversa.

Os empreendedores estão acostumados a influírem em cima da legislação. Alguns até custeiam os estudos de impacto - o que é uma loucura -, e se está tudo ok, se está aprovado, eles podem ter um controle do processo de produção e apropriação dos passos. Isso não é planejamento. Isso é simplesmente uma operacionalização de uma série de regras e critérios. Então, é essa ideia de *direito adquirido* que precisa ser desmontada. Até mesmo para não ficar como se fosse uma ditadura da legislação e do Estado as decisões do que se pode fazer, onde se pode fazer, como e para quem. Tem que passar por um processo mais coletivo. E ao mesmo tempo, para ser mais efetivo, tem que ter um deslocamento da esfera técnica para a esfera política, somado com o aprofundamento da esfera técnica naquela direção que eu falei lá na Pergunta 1. Eu acho que é questão de aprofundar na esfera técnica possibilidades, soluções e propostas que tenham um conteúdo ecológico mais claro, né?

Por exemplo, não é qualquer tipo de construção, não é qualquer tipo de projeto, não é para qualquer tipo de faixa de renda que os empreendedores têm mais lucro. Então, é preciso ter um mix também, é aquilo que o pessoal que trabalha de uma forma mais progressista no campo de habitação vem batalhando a anos. Aqui [em BH] todos os novos empreendimentos têm um mix de unidades destinadas a diferentes faixas de renda. É uma tentativa para diminuir essa questão da segregação e da exclusão. Não elimina totalmente [a segregação] porque tem uma faixa enorme de famílias, e agora cada vez mais, que não tem acesso pela compra a nenhuma das faixas de renda dos programas. Essas famílias estão fora do mercado da construção civil e da habitação feitos pelos mecanismos formais.

Teve várias prefeituras que tentaram colocar nos seus planos diretores a *cota de habitação social* nos empreendimentos. Isso provocou uma briga dos investidores imobiliários e das populações de tal ordem. Porque a questão da pobreza é vista também como local do risco da violência, do perigo de assaltos, enfim, uma série de coisas. Tem uma *construção ideológica*

que é muito forte. As pessoas acham que se colocar uma cota de habitação de interesse social junto com o empreendimento que vai ser comprado vai se ter não só essa dimensão da *falta de segurança*, mas a dimensão da *desvalorização* imobiliária daquele imóvel. É visto como péssimo negócio. Esse tipo de mix encontrou uma resistência absurda, que está muito calcada na nossa sociedade, que é muito preconceituosa com várias coisas, com as minorias que não são minorias, são majorias, e com os pobres de forma geral. Mas inventou-se uma saída para isso, os empreendimentos têm que ter uma cota de habitação de interesse social, ou fazer o depósito do valor correspondente ao que seria investido nisso, que pode ser destinado ao fundo municipal de habitação ou equivalente. A lei inventa qual é o fundo [de destino], para que pelo menos se possa arrecadar [o montante].

Foi uma saída para dar conta do preconceito. Vou chamar assim de uma forma mais simples. Todas - ou quase todas - as propostas de regulação urbanística que mexem com os processos de elitização, os processos de auto segregação, os processos de valorização da propriedade e do imóvel e da terra encontram resistência, inclusive nas camadas médias. Tem uma dimensão de preconceito e uma dimensão econômica. Para quebrar isso precisa também quebrar um pouco a polarização de renda, de educação, de saúde, de acesso a uma série de coisas. Mas no momento estamos caminhando na direção contrária.

A outra coisa que acho que é importante dizer, é o seguinte: muitos instrumentos, ou alguns instrumentos que são mais famosos - os que deram certo, digamos -, tipo as operações urbanas e os estudos de impactos de vizinhança, deram certo porque eles foram vistos pelos promotores imobiliários (pelos capitais que estão investidos na disputa imobiliária) com um potencial de serem usados na direção de aumento dos lucros, ou dos privilégios ou da elitização e da valorização. Esses instrumentos acabam tendo muitas instâncias de participação, de conselhos e etc., mas no final acabam sendo capturados (de alguma forma ou totalmente) por representações desses setores [do capital]. Você usa os mecanismos da participação, mas a coisa não anda na direção de maior justiça social porque as pessoas representam outros interesses. Um exemplo são as operações urbanas, e está cheio de estudos que confirmam isso. São

Paulo é ótimo para entender a lógica. Mas o que é uma operação urbana? É definir um perímetro, e em um período de tempo, mudam-se as regras do jogo naquele local para incentivar aquilo que se queira que aconteça ali. E acontece. No fim é isso, é um regime de exceção por um minuto. A gente até pode dizer que a urbanização de favela pode ser uma operação urbana do bem ou progressista, porque ela permite regularizar unidades habitacionais e construções com parâmetros muito mais acanhados do que a lei permite.

Gosto de dizer que esses instrumentos são ações afirmativas territoriais. Elas podem tratar diferente aqueles locais que tiveram origens diferentes, mas em alguns casos eles invertem a lógica. A operação urbana é uma parceria público-privada. Para o investidor privado querer entrar nessa brincadeira ele tem que ganhar muito, então, em geral os parâmetros urbanísticos são todos *flexibilizados*. Flexibilizar é um eufemismo, para não dizer que são mudados completamente. E naquele lugar tem uma injeção maciça de investimento privado, e público também, para garantir a lucratividade. Assim, aquele lugar se transforma, se renova, e se valoriza muito. Esse é um exemplo de usar um instrumento que foi pensado para fazer política de justiça social, mas que acabou sendo um instrumento usado para grandes projetos urbanos em determinados locais, realimentando a máquina da exclusão. Esses instrumentos dão certo porque eles são de certa forma capturados pela lógica de mercado. Já outros [instrumentos] que são mais *Robin Wood*, que potencializam, tem um efeito distributivo maior, eles passam direto. E quando se olha para estas pesquisas nacionais sobre plano diretor e sobre instrumentos de planejamento é triste, porque eles não são usados. Para eles serem usados o prefeito (ou quem vai usar) tem que peitar o jogo de interesses imobiliários, fundiários e etc. E quem faz isso não se reelege. A não ser que ele consiga fazer com tal rapidez, que ele consiga ganhar outros tipos de votos. Enfim, é um jogo político complexo.

Temos muitos instrumentos, e muitos instrumentos bons. Mas a perspectiva da governança urbana ou metropolitana e urbana-ambiental precisa ser toda reconstruída. E nesse ponto eu vejo pouco avanço.

Temáticas: Como a professora considera que estamos hoje nas pesquisas sobre as interfaces da teoria urbana e ambiental em comparação a 30 anos atrás? Estamos discutindo as mesmas questões ou conseguimos equacionar alguns desafios teóricos?

Costa: É, essa é outra pergunta difícil. Eu diria que sim e não. Eu diria que avançamos mais na prática do que na teoria -, primeira coisa. A discussão teórica por aí é lenta, e como ela vem de campos disciplinares diferentes, os teóricos têm que ser colocados para conversar. Pelo menos se for fazer igual como a academia sugere.

E os autores que vêm historicamente do campo do urbanismo, do planejamento, vê a intervenção e as possibilidades de intervenção como o objeto de suas teorizações de forma muito clara. Já os críticos da urbanização, como o Lefebvre, vão ser extremamente críticos ao planejamento. Tem-se um embate no campo dos estudos urbanos entre as teorias do planejamento e as teorias urbanas de uma forma geral (que não necessariamente são a mesma coisa). As teorias do planejamento tendem a ir muito pelo lado da ação social e fazer uma interface com a ciência política e a governança. Dessa maneira, param de dialogar com essa visão mais crítica do processo de produção do espaço.

E quando se olha pelo campo ambiental, esse campo nunca formulou adequadamente uma concepção teórica sobre urbanização. Sempre a urbanização era vista como par da industrialização, e como atividades da modernidade, muito intensas em uso dos recursos naturais, e que têm um passivo com um impacto sobre os recursos naturais e a natureza. Assim, a transformação na paisagem é vista sempre como necessária, mas indesejável. Necessária porque, enfim, precisa se produzir, mas indesejável. As formulações no campo da ecologia vão na direção, principalmente, da proteção e preservação dos elementos da natureza. E a população está de fora. Esse é o ponto central que nunca foi efetivamente resolvido. Mas como eu vejo, para se proteger a natureza, tem que proteger a sociedade também, proteger as pessoas. Para proteger as pessoas, tem que dar condições adequadas de vida. Se não se vê as pessoas como parte

da natureza, elas vão ser vistas como degradadoras da natureza. Não tem meio termo aí. E é praticamente impossível fazer essa junção conceitual.

É preciso pensar uma outra ontologia -, uma outra epistemologia talvez, melhor dizendo. Acho que são poucas as pessoas que tentaram efetivamente fazer essa ponte conceitual. Além disso, as pessoas tendem a ir por um lado [ecologia] ou por outro [urbanismo]. E eles até reconhecem o outro lado, e tentam dialogar com ele, mas não voltam nas suas bases para reformular.

Por exemplo, é claro que eu, como venho do lado do urbanismo, vejo que as ciências ecológicas pensam o homem do lado de fora. Então, como pensar [a ponte]? Existem linhas de ecologia humana, que eu até precisaria estudar mais, que reconhecem o homem. Mas não reconhecem a urbanização ou as cidades como algo que seja digno, que seja seu objeto de inversão. Para os paisagistas sim, para os planejadores ambientais sim. Então, acho que tem rupturas - que são rupturas lá da modernidade - que nos acompanham, e que ainda não foram devidamente costuradas. Esse é um lado.

Por outro lado, na prática, nas experiências que conseguimos identificar, vemos muito mais experiências transformadoras e interessantes que não estão muito preocupadas se elas estão de um lado ou do outro. É preciso aprender com elas, e é preciso reavaliar as concepções teóricas a partir delas. Assim, conseguimos sair um pouco da esfera do planejamento e voltar na esfera dos teóricos sobre a produção do espaço de uma forma talvez mais fácil.

Mas eu não consigo responder totalmente ao que vocês perguntaram. Eu acho que a gente tem que examinar práticas e experiências inovadoras, ou pelo menos interessantes, neste campo e que façam essa interface. Isso nos ajudaria a reconstruir a discussão teórica. Mas eu acho que ela já avançou em relação a 30 anos atrás sim. Pelo menos a gente consegue formular o problema, e não fingir que ele não existe. Mas é preciso avançar muito mais.

Temáticas: E isso nos leva diretamente para a última pergunta. Tem um texto da professora com um trecho assim: “a perseverança da utopia, ou de algumas utopias, move tanto a ciência como a transformação social” (COSTA, 2000, p. 62). Nesse sentido, é possível manter viva a perseverança da utopia diante de um contexto de tantos retrocessos?

Acho que dá pra incluir nesse âmbito o contexto da pandemia, porque todos os retrocessos foram sentidos intensamente nas cidades. Isto é, o retrocesso em desemprego e miséria é sentido em termos de habitação, com um aumento alarmante do número de sem tetos. A falta de infraestrutura é sentida quando as pessoas não têm o mínimo para se prevenir contra a covid-19, ao não ter água e sabão para higienizar as mãos.

Costa: Estamos num momento difícil de pensar em utopia sim. Mas precisamos continuar pensando, perseguindo o pensamento utópico, ou de algumas utopias. Eu nem lembrava mais que eu tinha escrito desse jeito, mas olhando assim, eu acho que continuaria a escrever dessa forma. Eu acho que é um desafio mesmo. Eu acho que é a utopia que faz o pensamento e as práticas avançarem, e tem exemplos por toda parte. Claro que a gente andou muito para trás nos últimos anos. Tivemos perdas incríveis e retrocessos impressionantes. Mas eu acho que tudo é reconstruível, vocês podem até rir de mim.

Eu estava outro dia vendo uma entrevista na televisão, peguei só um restinho, do Noam Chomsky. Ele estava falando do quanto achava que a sociedade brasileira tinha avançado no sentido de menos desigualdade, apesar da desigualdade continuar sendo inacreditável. E que a nossa sociedade tinha construído uma série de estruturas em direção não só de uma democracia, mas de ancorar estruturas institucionais, políticas, comunitárias e etc., para avançar nas políticas e nas intervenções. Mas que ele via que essa coisa estava se desmontando. E é verdade. Você pega qualquer área; se pensarmos nos conselhos, eles desapareceram. Várias políticas desapareceram. Ou estão lá, mas estão adormecidas. Em compensação, várias outras ações muito mais predatórias viraram norma.

Ele [Noam Chomsky] faz uma lista dessas coisas, e a gente vai ficando deprimido, deprimido... E ao final ele fala: *mas é só reconstruir isso tudo*. Eu achei interessante, porque ele falou assim: *a mesma sociedade que começou a construir um caminho, se esse caminho desmorona, ela consegue reconstruir*.

Como eu vejo, essa é a palavra de ordem no momento, ainda que isso possa mudar, e daqui um mês seja outra palavra. Mas a palavra do momento é *reconstrução* -, e seus sinônimos. Ela está por toda parte. Acho que é mais que uma coisa só eleitoral, eleitoreira. É a ideia de não deixar desmontar, e de reconstruir preferencialmente em bases melhores, mais justas e mais aprofundadas do que aquelas que foram demolidas.

Por exemplo, teve agora a reunião da SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência], que tem todo ano, e que tinha como mote exatamente a *construção*. Não sei se a gente na academia fica muito dentro de uma bolha... Até fica, né? Mas talvez a gente consiga também ver através da bolha, porque não só essa discussão está posta aí, mas a *reconstrução* é a palavra do momento. *A reconstrução, a reversão*.

E até independente disso, existem muitos exemplos que não tem visibilidade - que estão adormecidos, que não são falados -, que são tentativas de construção de um outro futuro. Eles estão por toda parte. Estão nos indígenas, nas populações tradicionais. Sem romantizar. Mas estão nas periferias das grandes cidades, estão em vários locais. Estão dentro das universidades. Estão nisso que vocês estão fazendo, por exemplo. Tudo isso são buscas de um outro futuro. Mas [esses exemplos] têm sido desautorizados como atraso. Muitas vezes têm sido combatidos. Têm sido silenciados.

Como eu vejo, temos que não só reconstruir dentro dessa modernidade que tínhamos alcançado, mas vários desses fragmentos, dessas irrupções ou ideias e práticas já estão na direção de ir além do modelo urbano-industrial-capitalista-consumista. É, então, temos que pensar em outras utopias. Alguns vão dizer outras cosmologias. [Temos que] pensar que nosso espelho não pode ser só a modernidade do Norte e o mesmo padrão de consumo. O campo ambiental já falava disso a muito tempo: que o padrão de consumo que deu suporte à modernidade do Norte Global - e que é consumo de natureza, de recursos e de gente -, não

pode ser exportado. Falava-se muito isso em outras áreas também, porque, enfim, não tem terra, não tem planeta o suficiente para aguentar isso. Mas a gente sempre olhou para a questão e disse: *não é só uma questão quantitativa, é, principalmente, uma questão qualitativa. Não é só porque a terra não aguenta, é porque outros valores, que não são só a felicidade pelo consumo, podem ser retomados e prevalecer. O que é riqueza? Riqueza é ter bens? É ter dinheiro? É ter poder? Ou é ter felicidade, satisfação e saúde?*

Acho que, sem querer ser piegas, só para fechar, de alguma forma a pandemia chacoalhou alguns dos nossos valores. Assim, as pessoas que tiveram seus amigos, família ou eles próprios ameaçados de repente, e de um jeito que eles não tinham muito o que fazer, têm também repensado *o que é ser feliz, o que é essa utopia*. Eu tenho visto isso um pouco. É claro que eu não estou querendo aqui ser ingênua, mas eu acho que a utopia vai na direção de construir uma perspectiva que seja menos antropocêntrica, menos consumista, menos consumidora de tudo. E, principalmente, uma perspectiva que almeja menos acumulação e poder. Mas isso não é andar na contramão do sistema dominante? Sim, e utopia se trata disso: buscar uma outra luz para nos guiar.

Então, eu acho que tem muitos retrocessos sim, mas acho que é possível *reconstruir*, e reconstruir em outras bases. Que não vai ser fácil, não vai não. Vai precisar de muita energia, de muita coalizão, de muita utopia. E [vai precisar] de muita clareza de quais direções vale a pena seguir, quais pactos valem a pena fazer. Acho que é isso. Mas eu sou uma eterna otimista. Então, mesmo com esse quadro muito grave, eu acho que tem que ter uma saída.

REFERÊNCIAS

COSTA, Heloisa. Soares de Moura. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, n. 2, p. 55-55, 2000.